

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS HUMANAS 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências humanas 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-277-7

DOI 10.22533/at.ed.777192404

1. Antropologia. 2. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil.
3. Pesquisa social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Chega mais perto e contempla as palavras.

Cada uma

Tem mil faces secretas sobre a face neutra

E te pergunta, sem interesse pela resposta,

Pobre ou terrível, que lhe deres:

Trouxeste a chave?

Carlos Drummond de Andrade

O livro faz parte da publicação em três volumes na qual reúne trabalhos e pesquisas realizadas por acadêmicos de universidades de diversas regiões do Brasil. O rigor metodológico e científico presentes na elaboração do livro revela a seriedade e a profundidade com que os temas foram tratados. Por isso, trata-se de uma leitura necessária e obrigatória para quem pretende fazer ciência no Brasil.

Meu primeiro desafio é em relação à escolha do discurso que irei adotar para tratar sobre o tema deste livro, já que a comunicação não pode ficar dúbia, tampouco simplória ou demasiadamente complexa, independentemente de quem venha a ser o interlocutor, seja filósofo, educador, mestre ou aluno.

Neste processo que aqui início, permito-me devanear sobre a provocativa questão: afinal, qual a importância dos conhecimentos produzidos por nós na área das ciências humanas?

Contudo, como reconheceu Foucault, o começo de qualquer discurso é angustiante. Ele, que tratou o tema com seriedade e rigor, confessou o peso do início do discurso em sua aula inaugural no Collège de France, e em sua fragilidade humana, confessou: “Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível” (p. 5).

Escrever é como falar: uma captação de palavras, a busca, com a obstinação de um arqueólogo, pelas mais apropriadas para dar forma ao pensamento. Percebo que a língua é uma matéria-prima indócil. Em primeiro lugar, porque quem escreve luta com palavras, como escreveu Drummond (*O lutador*). Em segundo, porque força o autor ao confronto com a própria solidão, o embate com lacunas de algo que poderia estar ali e que, por isso mesmo, pode levar à confusão.

Isso me faz refletir sobre a produção de conhecimento. Quase sempre nos referimos à construção de saberes sob a forma escrita. Nos meios acadêmicos, essa é, ao mesmo tempo, uma exigência das agências de fomento e uma forma de controle institucional de produção. Somos impelidos a escrever, e por consequência, cada vez mais nos mantemos em solidão. E assim corremos o risco de nos afastarmos do mundo e dos papéis que, nas ruas, nas esquinas e em nossas casas e classes, tornam a vida um movimento coletivo de fazer, desfazer e compreender o cotidiano. Meio da cultura viva, que pulsa, lateja, vibra e produz conhecimentos.

Alguns podem apontar que a fala de alguém não escolarizado compartilha e participa de uma produção carente, grosseira, desdenhativa, de senso comum. Outros rebateriam, considerando que todo saber produzido coletivamente, nos esforços diários das pessoas para entender a vida, é uma configuração legítima e qualificada de conhecimento. Todavia, alguém poderia se acelerar em responder: “Mas o que o povo produz são compreensões leigas, e estamos aqui falando de sistemas de verdades produzidos pelas ciências humanas, não nas ruas, mas em centros de pesquisas e universidades”. Nesse “esclarecimento”, torna-se explícita a notória divisão entre saber acadêmico e saber popular.

O risco do banimento das experiências de vida dos personagens que pretendemos pesquisar se evidencia diante das fronteiras geográficas e fixas que criamos para constituir aqueles mesmos centros e universidades. O medo e a ameaça de sofrermos agressões desse mundo que nos parece exterior nos fazem idealizar, planejar e criar novas estratégias de confinamento espacial, e assim colocamos cercas em todo o espaço que acolhe as construções em que trabalhamos.

Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois.

Walter Benjamin

Parece que estamos sempre no limite com nossa produção escrita e com a tarefa de calcular cada novo texto concluído, nas diversas formas de registro, para recomeçarmos o mesmo ciclo logo em seguida. Estamos absorvidos por uma rede de protocolos que consome tempo e nos rouba a vida. Se isto por si só não fosse suficiente, acabamos nos tornando “pessoas-produtos” por conta da constante avaliação em relação ao que produzimos. O próprio jogo institucional nos classifica como pesquisadores melhores ou piores, medianos ou brilhantes, e nos distribui em níveis hierárquicos sob siglas bem definidas pelas agências de fomento. Passamos a nos enxergar sob a discriminação que tais classificações acabam por nos conceber. Separamo-nos, assim, vaidosamente uns dos outros, como se estivéssemos ofuscados por um enclausuramento defensivo.

Ainda que o racismo seja uma planta daninha, nociva e abjeta, cuja existência incriminamos, repudiamos e analisamos sua natureza em nossos textos bem-comportados e politicamente corretos, acabamos por reproduzi-lo em nossas vidas. Emancipamos dele em nossas vidas escritas, codificadas em livros e artigos que ficam disponibilizados nas universidades e nos meios digitais. Tentamos nos manter intactos em nossa consciência, justificando que, afinal, critérios objetivos nos dividem, mas esquecemos que eles, os critérios, atendem a interesses políticos e ideológicos que amparam, neste período histórico, isso a que chamamos de *estado democrático de direito*.

Difícil pensar em uma escola *para os outros e para todos*, ou seja, uma escola

inclusiva, oposta àquela em que nos isolamos em circunscritos grupos de relações, tornando-os abalizados, e muitas vezes, intransmissíveis entre si.

Uma questão que me desanima é a seguinte: afinal, o que estamos fazendo com o cuidado de si a partir do conhecimento que produzimos para outras pessoas? Ou, como nos provoca Foucault (1998), “De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?” (p.13).

O retorno transformador do conhecimento para aquele que o detém deve ser uma prática de bastidores e individual, ou seja, deve estar separado do processo de produção do conhecimento enquanto tal, conforme pondera Foucault:

Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? [...] O “ensaio” [...] é o corpo vivo da filosofia, se, pelo menos, ela for ainda hoje o que era outrora, ou seja, uma “ascese”, um exercício de si, no pensamento (FOUCAULT, 1998, p. 13).

Foucault nos convida a filosofar como um exercício de (re)escrita de si, por meio de

práticas reflexivas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam formas de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 1998).

A importância das ciências humanas para a produção de conhecimento, no entanto, não se resume somente à área da educação, mas abrange a nós como um todo, já que habitamos os espaços nos quais, institucionalmente, conferimos materialidade às faculdades de educação. Todavia, coloquei-me como membro desta e escrevo como parte dela. Portanto, faço parte do jogo que pretendi desnudar.

E ainda perseguindo a ideia de que nossa produção por vezes se torna uma compulsão, que não nos permite ter tempo para nos deleitarmos com o que produzimos, tento pensar como sair efetivamente desse impasse.

Em certas circunstâncias, creio que nos iludimos ao pensar que, quanto mais aprendemos, mais teoricamente afinados ficamos e mais temos a ensinar às novas gerações. Segunda armadilha: se já sabemos o que ensinar, qual o espaço de criatividade que damos ao aluno? Temos alguma garantia sobre o que de fato ensinamos?

A ideia não é nova, basta lembrar Paulo Freire. Todavia, é um desejo semelhante ao movimento do amante em direção ao preenchimento de uma falta não passível de objetivação pelo amado.

Portanto, a aprendizagem é algo que escapa, que não se pode controlar de fora, mas que pode ser praticada no jogo amoroso de buscas recíprocas de atendimento de desejos, também recíprocos, do professor e do aluno, em necessária parceria afetiva.

Arrisco concluir que aquilo que produzimos pode, apenas em parte, atender ao aluno. E que talvez não seja possível estabelecer como e de que maneira o atende.

O que sabemos é o ponto de partida da nossa oferta, e não a satisfação da demanda daquele que busca conhecimento.

Com isso, o saber e a ciência adquirem um papel ainda mais relevante do que tinham tempos atrás. As concepções de produção do conhecimento sofrem alterações de época em época, pois cada momento histórico tem seus próprios modelos e suas maneiras particulares de ver, agir e sentir, acompanhados de um novo conceito de produção do conhecimento e, conseqüentemente, do que é válido e reconhecido. O conhecimento está sempre associado à situação transitória de evolução em que se encontram as sociedades em variadas épocas, determinando e sendo determinado pela situação.

Para esse trabalho de reflexão sobre a produção de conhecimento na sociedade da informação, inicialmente abordaremos o processo de construção de conhecimento, o conhecimento científico e a pesquisa em ciências humanas, mais especificamente em educação, contextualizando, em seguida, com a sociedade da informação e as novas discussões emergentes sobre o conhecimento científico.

Com a perspectiva de Walter Benjamin, de que “o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo que veio antes e depois”, fizemos essa pequena inserção empírica para acrescentar outras vozes na interlocução que viemos fazendo. Conscientes dos limites e desafios que precisamos assumir para aprofundamento deste tema, ficou para nós que: “escrever é isso aí: interlocução”.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POLIFARMÁCIA NO IDOSO: O PAPEL DA ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DAS IATROGENIAS	
Cláudia Fabiane Gomes Gonçalves Samara Maria de Jesus Veras Maria Aparecida de Souza Silva Rebeca Cavalcanti Leal Cynthia Roberta Dias Torres Silva Ana Karine Laranjeira de Sá Valdirene Pereira da Silva Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.7771924041	
CAPÍTULO 2	8
PRAZER E SOFRIMENTO DOCENTE NA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA: UMA REVISÃO TEÓRICA NA PERSPECTIVA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO	
Chancarlyne Vivian Letícia de Lima Trindade	
DOI 10.22533/at.ed.7771924042	
CAPÍTULO 3	19
RELAÇÃO ENTRE A ESCOLARIDADE E A COGNIÇÃO EM PESSOAS IDOSAS DO DEPARTAMENTO DO IDOSO DA FUNDAÇÃO PROAMOR DE PONTA GROSSA-PR, BRASIL	
Fabio Ricardo Hilgenberg Gomes Gislaine Cristina Vagetti Aline Bichels Luana Suemi Fujita Cinthia Fernanda da Fonseca Silva Valdomiro de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7771924043	
CAPÍTULO 4	32
RELATO COM A PRÁTICA DE ENSINO ATRAVÉS DO ESTAGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II	
Edison Vieira Gonçalves Junior Diego Paschoal de Senna	
DOI 10.22533/at.ed.7771924044	
CAPÍTULO 5	41
RESILIÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS: PERCURSOS	
Sheila Marta Carregosa Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.7771924045	
CAPÍTULO 6	51
SOBRE O SUICÍDIO: AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE KARL MARX	
Érika de Freitas Arvelos, Tayná Bonfim Mazzei Mazza	
DOI 10.22533/at.ed.7771924046	

CAPÍTULO 7	65
TAMBORIL: LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO, PARÂMETROS AMBIENTAIS E PRIMEIROS DADOS ARQUEOMÉTRICOS	
Sônia Maria Campelo Magalhães Ennyo Lurrik Sousa da Silva Heralda Kelis Sousa Bezerra da Silva Luis Carlos Duarte Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.7771924047	
CAPÍTULO 8	81
TRABALHO E DEVOÇÃO: A RECONSTRUÇÃO DA CAPELA DE SÃO JOÃO MARIA EM COCHINHOS, IRATI-PR, DÉCADA DE 1960	
Victor Huggo Lopes do Amaral Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7771924048	
CAPÍTULO 9	95
TRABALHO E ESCOLA: RELAÇÕES QUE PERMEIAM A ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO	
Andreia Tavares Angela Maria Corso	
DOI 10.22533/at.ed.7771924049	
CAPÍTULO 10	109
TRABALHO, APOSENTADORIA E LAZER COMO HABITUS SEGUNDO IDOSOS QUE FREQUENTAM A ASSOCIAÇÃO BANESTADO EM PONTAL DO PARANÁ-PR	
Carla Roseane de Sales Camargo Rita de Cássia da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.77719240410	
CAPÍTULO 11	120
TRANSPORTE COLETIVO: LUGAR DE DESEJOS E CONTRADIÇÕES NA CAPITAL PIAUIENSE (DÉCADA DE 1970)	
Cláudia Cristina Da Silva Fontineles Allan Ricelli Rodrigues De Pinho	
DOI 10.22533/at.ed.77719240411	
CAPÍTULO 12	134
UM DEBATE AINDA NECESSÁRIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FORMAÇÃO E AÇÃO DOS PROFESSORES DE UM COLÉGIO DA REDE ESTADUAL DE PELOTAS-RS NA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR	
Letícia Campagnolo Cavalheiro	
DOI 10.22533/at.ed.77719240412	
CAPÍTULO 13	139
UMA ANÁLISE DO OLHAR DOS ALUNOS ACERCA DO USO DE DOCUMENTÁRIOS DO CANAL HISTORY CHANNEL EM AULAS DE HISTÓRIA	
Maria Paula Costa Tainá Raue dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77719240413	

CAPÍTULO 14	143
UNIVERSIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: NOTAS SOBRE UMA INVESTIGAÇÃO COM JOVENS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DAS PERIFERIAS DE GOIÂNIA, LISBOA E MADRID	
Rosane Castilho	
DOI 10.22533/at.ed.77719240414	
CAPÍTULO 15	154
VERDADE, VEROSSIMILHANÇA E PROGRESSO CIENTÍFICO EM POPPER	
Sebastião Maia de Andrade Aristides Moreira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.77719240415	
CAPÍTULO 16	163
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. MALLET/PR, PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Valdinéia Strugala Valter Martins	
DOI 10.22533/at.ed.77719240416	
CAPÍTULO 17	174
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL E INCLUSÃO ESCOLAR NA UNIVERSIDADE	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.77719240417	
CAPÍTULO 18	185
FILOSOFIA AFRICANA E A LEI 10.639/2003	
Danilo Rodrigues do Nascimento Flávia Rodrigues Lima da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.77719240418	
CAPÍTULO 19	194
INFLUÊNCIA DA IDADE NA MEMÓRIA E COGNIÇÃO DE IDOSOS FREQUENTADORES DE UM PROGRAMA DE EXERCÍCIO FÍSICO SUPERVISIONADO	
Bianca Yumie Eto Giovana Gomes dos Santos Maria Carolina Rodrigues Salini Regina Celi Trindade Camargo Claudia Regina Sgobbi de Faria Franciele Marques Vanderlei Laís Manata Vanzella	
DOI 10.22533/at.ed.77719240419	
CAPÍTULO 20	205
NORMALIDADE E DIFERENÇA: VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA	
Akeslayne Maria de Camargo Iris Clemente de Oliveira Bellato Louise Gomes de Pinho Emília Carvalho Leitão Biato Barbara E. B. Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.77719240420	
SOBRE A ORGANIZADORA	219

FILOSOFIA AFRICANA E A LEI 10.639/2003

Danilo Rodrigues do Nascimento

Universidade Federal do Acre – Ufac, Área de
História
Rio Branco/Acre

Flávia Rodrigues Lima da Rocha

Universidade Federal do Acre – Ufac, Área de
História
Rio Branco/Acre

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo propor uma nova maneira de pensar a origem e as articulações da filosofia, a fim de ampliar a discussão sobre sua procedência para além da Grécia, bem como discutir a aplicabilidade da Lei 10.639/2003, levando em consideração uma revisão ao ensino de história da filosofia, fazendo um paralelo do ensino de história e culturas afrodescendentes e a filosofia africana no ensino de Educação Básica. Este trabalho tem como base as principais ideias dos filósofos africanos Marcien Tawa, Cheikh Anta Diop, Imhotep, Ptahhotep, Amenemhat, Merikare, Duauf, Amenhotep, Akhenaton, Amen, entre outros, que defendem que a filosofia já se desenvolvia na África muito antes de existir uma filosofia grega. Espera-se como resultado deste trabalho demonstrar a existência e a importância de uma filosofia negro africana, bem como demonstrar a importância da África na formação de nossa sociedade contemporânea, embora

seja um continente ainda tão estigmatizado, quando não silenciado.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia. África. Lei 10.639/2003.

ABSTRACT: This Project has as a goal to propose a new way of thinking the origin and articulations of philosophy, in order to increase the discussion on its provenance beyond Greece, as well as discussing the applicability of the 10.639/2003 law, considering the revisitation to the teaching of philosophy's history, setting a parallel of the teaching of history and afrodescendant cultures with the african philosophy in the Basic Education teaching. This article has in its basis the main ideas of the african philosophers Marcien Tawa, Cheikh Anta Diop, Imhotep, Ptahhotep, Amenemhat, Merikare, Duauf, Amenhotep, Akhenaton, Amen, among others, philosophers who defend the idea that philosophy had already been developing in Africa much before a Greek philosophy ever existed. It is expected as a result of this work to show the existence and the importance of a black african philosophy, as well as showing the importance of Africa forming our contemporary society, even though it still is such a stigmatized continent, when not silenced.

KEYWORDS: Philosophy. Africa. 10.639/2003 Law.

Este trabalho trata de uma nova abordagem do Ensino de História na Educação Básica, através da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura brasileira na Educação Básica de todas as nossas redes de ensino.

Ao estudar o histórico do Ensino de História no Brasil percebe-se que este sempre foi um estudo extremamente elitista, construído para uma minoria e partir de uma minoria ainda mais exclusivista de um pequeno grupo político, econômico e social dominante e de uma cultura reducionista.

A educação aplicada no Brasil até os anos 1980 era de caráter extremamente tradicional e importado da Europa, tanto em seu currículo quanto em seus métodos e técnicas de ensino. E o ensino de História também acompanhou esta tendência.

Durante muito tempo o currículo de História não tratava da história africana e afro-brasileira e tampouco de sua cultura. Embora o assunto da escravidão já tenha sido inserido no currículo há muito tempo, o negro era visto apenas como uma vítima passiva, como um mero escravo, sem história nenhuma separada deste contexto, nem de antes nem de depois do processo de escravização africana no Brasil. Por muito tempo nossa historiografia escondeu inclusive as diversas formas de resistências negra à escravização, bem como a reprodução destes sujeitos como indivíduos históricos através de suas culturas, mentalidades e diversas outras produções que fabricam o ser. O negro era sempre visto de forma não apenas vitimizada, mas, sobretudo, inferiorizada, numa busca de descaracterizar sua humanidade.

Entretanto, a partir do período de redemocratização na década de 1980, o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira vêm sendo reivindicadas como parte dos conteúdos a serem inseridos na Educação Básica nos diferentes componentes curriculares, reivindicação esta de extremo valor do movimento negro e que culmina com a Lei 10.639, no ano de 2003.

Embora a referida lei ainda caminhe a passos lentos em todo o país, pois pouco se investe em formar docentes nesta temática, menos ainda se investe em materiais didáticos para este fim, e ainda em menor escala se investe na distribuição gratuita destes materiais nas escolas, de forma que docentes e comunidade escolar, em geral, possam ter acesso a este conteúdo e fazer dele parte de sua rotina pedagógica, esta legislação é uma ferramenta de muito valor no enfrentamento ao racismo escolar, que é um reflexo do racismo construído historicamente ao longo dos séculos em nossa sociedade que tem como marca um passado de escravidão negra e um presente de exclusão ainda muito aguda dos descendentes destes povos, nos diferentes setores econômico-sociais. A existência desta legislação federal aumenta e empodera os argumentos em favor da promoção de igualdade racial nos mais diferentes ambientes escolares.

A lei 10.639/2003 busca não apenas trazer novos conteúdos, como ressignificar os que já estão sendo ensinados, inclusive trazer novas abordagens aqueles que já são tradicionalmente ensinados há muito tempo, desfazendo mentalidades racistas e preconceituosas e construindo novas formas de pensar e de perceber conteúdos e

maneiras de se relacionar com temas ensinados e uns com os outros, promovendo assim uma novidade nas relações étnico-raciais, onde a justiça, a democracia e a equidade sejam princípios a serem seguidos.

O estudo da origem da filosofia tem sido parte do currículo de História da Educação Básica, nas mais variadas tendências, desde a positivista, antes da década de 1980, bem como a marxista, entre os anos 1980 e 1990, e as história cultural e social, melhor representadas em nossos livros didáticos de História desde o anos 1990, mas, sobretudo, a partir dos anos 2000. Enfim, as mais variadas correntes historiográficas, ao longo dos anos, concentraram esforços no ensino da chamada *História Geral*, que é o estudo dos povos europeus, que embora seja apenas o estudo de um continente, dentre vários outros, convencionou-se a ser chamado de *História Geral da Humanidade*, numa representação bem específica do que para nossos historiadores e produtores do saber, inclusive do saber escolar, seria classificado como humanidade, ou seja, apenas o continente europeu, que é pensado, desde os séculos da colonização moderna, como o continente central da civilização humana, relegando à barbárie e à marginalidade os outros continentes e seus povos a serem indivíduos bárbaros, incultos, sem história, sem cultura e carentes dos favores civilizatórios dos europeus, que, em nome da religião cristã e de sua cultura dita superior os escravizam e os destroem.

Enfim, o estudo de *História Geral*, inclui em seus conteúdos de ensino a *Civilização Grega*, considerada por nossa historiografia um dos centros de origem da humanidade e da civilização, extremamente influente na construção de nossa sociedade atual, uma vez que seus valores são retomados e consolidados na era moderna pelo Renascimento Cultural e marcam profundamente a Europa moderna que gera a sociedade contemporânea ocidental, na qual estamos inseridos.

É certo que na Grécia antiga floresceram grandes filósofos, desde o século VII a.C. e esta ciência se desenvolveu ali por distintas temporalidades gregas, divididas em pré-socráticos, socráticos e helenísticos.

Sendo a filosofia a ciência que se esforça por conhecer de forma clara e racional a natureza, o ser humano e o universo que nos rodeia e a metamorfose que nelas acontecem, pode-se dizer que grande é a sua influência na construção da sociedade que a desenvolve e a abriga.

Entretanto, o que é realmente importante salientar neste texto é que a Filosofia não surgiu na Grécia, como se costuma ensinar os livros didáticos de diferentes tempos e correntes historiográficas do ensino de História. A ciência filosófica é africana, assim como muitas outras coisas que surgiram na África e depois o discurso colonialista lhe roubou o direito de maternidade.

Segundo Asant (2010) muitos gregos aprenderam filosofia aventurando-se em estudar na África, tanto no Egito quanto na Etiópia, regiões consideradas berços da civilização séculos antes dos pré-socráticos gregos. Thales aprendeu filosofia na capital educacional do mundo antigo, que era o Egito; Pitágoras é conhecido por ter morado e

estudado no mínimo vinte e dois anos no Egito; Homero é dito que passou sete anos na África; bem como Heródoto também é identificado, através de seus relatos sobre os africanos, por ter morado uma boa temporada na África. A longa estadia destes pensadores gregos na África antiga nos faz compreender que eles foram altamente influenciados pelos povos com quem conviveram e pela mentalidade, cultura e ensino desses povos.

Sendo, assim, este trabalho consiste em aplicar a Lei 10.639/2003 no ensino de História através do estudo da origem da Filosofia, que é parte do currículo tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, previsto em nossos Cadernos de Orientações Curriculares de História (2010), publicados pela Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Acre – SEE, que, por sua vez, seguem orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1998), regulamentados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – LDB (1996). Numa demonstração pedagógica e científica que a Filosofia surgiu na África, conforme novos estudos realizados e publicados. E não na Grécia, como se tornou tradicional ensinar e aprender.

Trabalhos como este são de extrema relevância, uma vez que, como já mencionado anteriormente, o ensino referente à história e à cultura africana e afro-brasileira sempre foi extremamente limitado e carregado de estereótipos com relação aos negros africanos e afro-brasileiros, servindo apenas para reproduzir e consolidar a mentalidade racista e a desigualdade das relações étnico-raciais nas escolas e, conseqüentemente, na sociedade em geral, onde estão inseridos os alunos, como cidadão e como sujeitos ativamente atuantes nos locais onde estão inseridos.

É extremamente necessário e urgente desconstruir os mitos que inferiorizam o continente africano, construídos ao longo dos séculos de escravização e exploração de seus povos e apresentar ao alunado outras opções de ensino de história e cultura africana, que mostrem os diversos aspectos positivos deste continente, que possam levar os alunos a se identificarem com este lugar, bem como com sua cultura e história e com seus antepassados, sem se sentirem inferiorizados nem estereotipados, ou mesmo desumanizados.

A história da África foi silenciada pela arrogância do colonialismo europeu. Entretanto, este continente marginalizado é o nascedouro dos seres humanos e, mais do que isto, é também o berço da civilização ocidental, como revelam os estudos de Cheik Anta Diop (NASCIMENTO, 2008).

Nesta perspectiva, em relação ao nascimento do pensamento filosófico, os livros afirmam que o berço da Filosofia é a Grécia. No entanto, no mundo antigo o Egito era o centro cultural e lá, muito antes de existir qualquer filósofo grego já havia filósofos e pensadores que foram capazes de construir pirâmides 2.500 a.C. Muitos filósofos gregos viajaram para o Egito para aprender com os filósofos africanos, como Thales, Pitágoras, Homero, Platão, Sólon, Anaximandro, Anaxímenes, Demócrito, Anaxágoras e Aristóteles (ASANT, 2004; MACHADO, 2012).

Entende-se que ao longo dos séculos de colonização a própria filosofia fora usada

como parte do discurso europeu para justificar as barbáries cometidas em nome da “civilização”, usurpando conhecimentos, destruindo outras culturas, inferiorizando os povos colonizados. Daí a fundamental importância em ressignificar o estudo desta ciência, onde os povos que outrora foram marginalizados e excluídos agora seja considerados e reconhecidos como parte de toda a história.

A filosofia africana não apenas foi negada desde a era moderna, como o próprio direito a história e à humanidade foi retirado dos povos deste continente por pensadores deste período, como Kant, que afirmou que *os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo* (KANT, *apud* FOÉ, 2011); bem como por Hegel, que em sua obra, “Filosofia da História”, declarou a África como *um papel em branco* e como o *país da infância*, no sentido de infância da humanidade, ou seja, a fase antes da civilização, perdida em sua selvageria (HEGEL, *apud* FOÉ, 2011). Daí a obrigação de aplicar um ensino que possa romper com este pensamento e reconstruir o discurso das relações étnico-raciais, que promova igualdade racial nas escolas.

O objetivo deste trabalho não é excluir o ensino da filosofia grega dos currículos do ensino de História da Educação Básica, mas sim ampliar o já ensinado para uma nova perspectiva de fundação da filosofia como área do saber e como ciência, levando estudos que demonstrem aos alunos e a toda comunidade acadêmica que houve uma filosofia muito anterior no tempo, que se desenvolveu no Egito, que é uma região do continente africano e um dos primeiros berços das civilizações dos povos antigos.

Este estudo intenta promover valor ao continente africano, bem como aos seus povos antigos, contemporâneos e aos africanos que vieram escravizados para o Brasil e para seus descendentes, tão roubados em sua história e em sua própria construção como ser humano. Expondo seus pontos positivos e trajetórias que nos deixaram legados que não estão relacionados com a escravidão, mas com uma época muito remota, demonstrando que eram povos livres e criativos em sua essência humana.

Assim, este trabalho busca não apenas a aplicação da Lei 10.639/2003, trazendo uma nova reflexão sobre um conteúdo já há tempos em estudo, mas também os frutos dessa ressignificação de conteúdo, que é o reconhecimento e o combate ao racismo escolar, como representação de um racismo que abrange toda a nossa sociedade brasileira.

Por fim, este trabalho comunga de alguns objetivos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) como o de gerar e/ou fortalecer a consciência política e histórica da diversidade, bem como fortalecer as identidades e os direitos de todos e, ainda, o de reconhecer a igualdade destes direitos sociais, civis, culturais e econômicos, valorizando a diversidade daquilo que distingue o negro dos outros grupos que compõem a sociedade brasileira. Ainda com relação às citadas Diretrizes, este trabalho também visa promover o questionamento sobre as relações étnico-raciais, baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam

estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprio de uma sociedade hierárquica e desigual.

Este trabalho é fruto de outro trabalho maior, de iniciação científica, Filosofia Africana (2015-2016), que buscou conhecer a filosofia africana e sua importância como fundamento do conhecimento ocidental, descolonizando assim o pensamento filosófico que nos foi ensinado.

Durante o projeto de Filosofia Africana, promovido através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic) foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o assunto, a fim de identificar produções e pensadores africanos que tenham se voltado para a Filosofia Africana na antiguidade e também na atualidade. Por fim, entre as muitas temáticas abordadas, o projeto de Filosofia Africana buscou discutir a aplicabilidade desta filosofia, tão ocultada, através do ensino de história, em conformidade com a Lei 10.639/2003, discussão essa dada através do material bibliográfico levantado e que intencionou compreender melhor o paralelo entre a filosofia ensinada nas escolas e a filosofia africana como forma de valorização daquele continente e da diversidade de seus povos. Esta discussão também promoveu a articulação de uma sequência didática a ser aplicada nas escolas de educação básica, ampliando o estudo já feito da origem da filosofia para inserir a história e a cultura africana neste conteúdo de ensino, já há tempos praticados.

Esta sequência didática seria desenvolvida tanto para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental, como para alunos do 1º ano do Ensino Médio, anos em que se trata da origem da filosofia, relacionada sempre aos gregos e à história eurocêntrica. E aula se daria em demonstrar, através de novos textos, pesquisas e estudos, previamente levantados, como a civilização europeia foi influenciada pela filosofia africana para que pudesse desenvolver o que hoje é conhecido como o florescer da filosofia, sem que seja dado o devido crédito à sua origem africana. Além disso, pensa-se em expor também alguns aspectos da Filosofia Africana, como sua concepção de ser, de política, de grupo/coletividade, de gênero, de ética, e de várias outras temas que a diversidade da Filosofia Africana aborda em sua complexidade, uma vez que é uma ciência extremamente heterogênea, formada por uma multiplicidade de povos, histórias e culturas, daquele continente.

Towa (2015) tem buscado responder se de fato existe uma filosofia negro-africana, pesquisa essa que tem revelado a maneira equivocada como os europeus tendem a manter o discurso de que os negros africanos são incapazes de serem racionais e, portanto, de participarem da história universal como produtores de pensamento científico, sobretudo, filosófico. Towa (2015), então, busca desconstruir essa mentalidade que compõe o senso comum de nossa sociedade e este esforço de Towa tem muito em comum com a aplicabilidade da Lei 10.639/2003, que também busca desconstruir o imaginário do negro como não sujeito de sua história tanto na África quanto no Brasil. Daí a importância da obra de Towa (2015), uma vez que esta

em primeiro busca definir filosofia e o ser filosofante. Sendo que o conceito que ele escolheu para definir filosofia foi o próprio conceito ocidental que define filosofia como a coragem de pensar o absoluto, sendo que todo indivíduo que pensa o absoluto é capaz de filosofar, seja qual for sua localização geográfica, história ou cultura.

Além de se utilizar de conceitos ocidentais, Towa (2015) também se utiliza de categorias filosóficas europeias, pois ele diz que não fará muita diferença quanto a isto e alguns estudiosos de Towa, como Silva (2013), afirmam que nisto está a originalidade do pensamento filosófico de Towa, uma vez que ele afirma que a autenticidade de um pensamento não está simplesmente na reelaboração de suas categorias, mas na maneira como este pensamento é utilizado.

Portanto, Towa (2015) defende a existência de um pensamento filosófico africano a partir de algumas considerações, como por exemplo, a de que a organização social e as normas de conduta do Antigo Egito são baseadas em códigos humanos, definido coletivamente e que deveria ser aplicado a situações concretas, o que vem a ser uma atitude racional em absoluto, conforme o conceito de filosofia que ele escolheu desenvolver. Além disso, Towa (2015) também nos apresenta parte da literatura oral de povos africanos que ensinam astúcia, prudência, reflexão, dentre outras características humanas que devem ser alcançadas para que se valorize a meditação e a autonomia de pensamento do indivíduo, com suas limitações humanas.

Towa (2015) busca ainda compreender e demonstrar sobre problemas que impedem a filosofia africana o “vir a ser”. Como o grande esforço realizado pelas diversas ciências europeias modernas e contemporâneas em ocultar a cultura africana, principalmente aquilo que pode lhe trazer valor, relegando ao negro o reforço do preconceito que o limita à inferioridade diante do europeu. Towa (2015) aponta ainda o fato de que a efetivação do pensamento filosófico está condicionada a um ambiente sociopolítico e econômico favorável, o que não tem sido o caso do continente africano e de seus povos há muito séculos, retirando-lhes assim o direito de voz e de ter sua história revelada ao mundo.

Além de Towa, tem crescido o esforço de muitos estudiosos em demonstrar a existência de uma filosofia africana desde a antiguidade até os nossos dias. Atualmente no Brasil temos o Renato Nogueira, que tem escrito e publicado entre livro e artigos sobre este tema. Nogueira (2014) nos traz em sua obra o debate entre os pensadores africanos entre utilizar ou não as categorias ocidentais para defender a existência de uma filosofia africana, pois enquanto alguns, como o já citado Towa defendem uma filosofia africana a partir de categorizações e conceitos ocidentais, outros autores como Hountondji defendem *que* por filosofia africana se deve entender o conjunto de reflexões filosóficas feitas por africanos e por africanas. Nogueira traz ainda uma contribuição com qual a maioria dos pensadores sobre este tema concordam, que é o fato de que a filosofia africana não ser ingênua, no sentido de que para se compreender filosofia africana é preciso antes conhecer e compreender a história dos povos que a desenvolveram, revisitando a história da África. E isto vai diretamente de encontro

ao que prescreve a Lei 10.639/2003 que busca não apenas o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, mas sobretudo um estudo com novos itens e com ressignificados de itens já inseridos no currículo, mas que em nada contribuem para a valorização da história e da cultura destes povos, muito pelo contrário, apenas reafirmam os valores negativos a eles atribuídos, enquanto que a *história da filosofia em afroperspectiva*, como afirma Nogueira (2014) *significa uma historiografia inclusiva*.

Tendo em vista todos os aspectos acima mencionados pode-se perceber que a filosofia grega ensinada em nossas escolas tem origem africana, uma vez que diversos pensadores gregos foram à África, que era então o centro da civilização em um longo período de nossa Antiguidade. Pode-se perceber também que o colonizador europeu tem silenciado esta história de uma filosofia africana na consolidação da inferioridade dos povos daquele continente. Entretanto, o século XX trouxe um grupo de pesquisadores preocupados com esta temática e, sobretudo, em valorizar o continente africano em suas histórias, culturas e saberes. Daí a necessidade de reformular o ensino de História, onde sejam quebrados os preconceitos a respeito do continente africano e de seus múltiplos povos, preconceitos estes baseados numa longa história de racismo e discriminação racial, bem como de exploração e dominação de um continente sobre outro e de um povo sobre outros. Daí a proposta de revisitar o ensino de História através do ensino da Filosofia Africana a fim de que se conheça melhor a história deste continente e a partir de valores positivos sobre seus povos, visando reconstruir os valores sobre o negro, sobretudo dentro do ambiente escolar, que é um reflexo do cidadão que constitui a sociedade.

REFERÊNCIAS

ASANT, Molefi Kefe. **A filosofia é uma origem africana**. Disponível em: <http://dinhok2.nkosi.org/A-Filosofia-e-uma-origem-Africana-Dr> Acessado em: 04 de junho de 2015.

DIOP, Cheikh Anta. Origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Gamal. **História geral da África**, II: África antiga – 2.ed. rev. Brasília : UNESCO, 2010, p. 1-36.

FOÉ, Nkolo. A questão do negro no mundo moderno. **Sankofa**: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, ano IV, n. 8, dez. 2011.

MACHADO, Adilbênia Freire. Filosofia africana e currículo: aproximações. In: **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE**. Número 18: maio- outubro/2012. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/resafe/article/view/7027/5552> Acessado em: 15/03/2015.

. Filosofia africana para descolonizar olhares: perspectivas para o ensino das relações étnico-raciais. In: **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.3, n.1, 2014.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NOGUERA, Renato. **O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014.

Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ACRE. **Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental**. Caderno 1 – História. Rio Branco, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO ACRE. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Caderno 1 – História. Rio Branco, 2010.

SILVA, Roberto Jardim. Um diálogo entre a Lei 10.639/2003 e o pensamento filosófico do camaronês Macien Towa. In: **Identidade**, São Leopoldo, v.18, n.2, p. 138-151, jul-dez, 2013. Em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade> . Acessado em: 16/08/2016.

TOWA, Marcien. **A ideia de uma filosofia negro-africana**. Belo Horizonte: Nandyala; Curitiba: NEAB-UFPR, 2015.

SOBRE A ORGANIZADORA

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afrobrasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-racial.